

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.756.245 - TO (2018/0186767-0)**

**RELATOR : MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK**  
**RECORRENTE : ANTÔNIO WILLIAN DA SILVA PEREIRA**  
**ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO TOCANTINS**  
**RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS**

**DECISÃO**

Trata-se de recurso especial interposto com fulcro no art. 105, III, alínea "a", da Constituição Federal.

Consta dos autos que o Juízo da Vara de Execuções Criminais, diante da conclusão do Procedimento Administrativo instaurado, reconheceu a falta grave praticada pelo reeducando, revogou 1/10 (um décimo) dos dias remidos e determinou que se reiniciasse a contagem do prazo para concessão de novos benefícios a partir da data da última infração disciplinar, exceto para o livramento condicional e comutação de penas (fls. 275/282).

Interposto agravo em execução pela defesa, o Tribunal de origem negou provimento ao recurso. Eis a ementa do julgado (fl. 22):

*AGRAVO DE EXECUÇÃO PENAL – FALTA GRAVE COMETIDA – POSSE DE MATERIAL ALUSIVO A FACÇÃO CRIMINOSA – INCITAÇÃO E SUBVERSÃO DA ORDEM DISCIPLINAR NO AMBIENTE CARCERÁRIO – FIGURA PREVISTA NO ART. 50 DA LEP - REGRESSÃO DO REGIME PRISIONAL – POSSIBILIDADE – INTELIGÊNCIA DO ART. 127 DA LEP – DATA BASE PARA CONCESSÃO DE NOVOS BENEFÍCIOS – ÚLTIMA CONDENAÇÃO PENAL – PRECEDENTES DA CORTE. 1. Configura falta grave, passível de aplicação da regressão do regime prisional, prevista no art. 127 da LEP, a posse de documentos alusivos a facção criminosa, em vista da potencialidade de incitação e subversão da ordem do ambiente carcerário. 2. Conforme precedentes das Cortes Superiores, perfilhados por nossa jurisprudência interna, a data base para reinício da contagem de prazo para concessão de novos benefícios, é aquela relativa a última condenação penal do reeducando.*

Diante disso, a defesa interpôs recurso especial alegando violação aos arts. 155, 156, *caput* e 386, inciso IV, todos do Código de Processo Penal (fl. 38).

Sustenta que a data base para a concessão de novos benefícios

execucionais, em caso de unificação de penas, deve ser a data da última prisão e não a data do trânsito em julgado da última condenação.

Alega que o decote de 1/10 (um décimo) dos dias remidos se deu sem fundamentação idônea, exclusivamente com base nos fatos que ensejaram a nova condenação penal.

Requer seja conhecido e provido o recurso especial para cassar o acórdão impugnado e determinar que *"sobrevindo o trânsito em julgado de nova condenação no curso da execução penal, por delito praticado antes ou após o início da execução da pena, não há alteração do marco inicial para a obtenção de novos benefícios"* (fl. 45).

Contrarrazões às fls. 48/59.

Decisão de admissibilidade às fls. 61/63.

O Ministério Público Federal opinou pelo conhecimento e desprovimento do recurso especial (fls. 76/81).

É o relatório. Decido.

O recurso não merece conhecimento.

Inicialmente, cumpre ressaltar o fundamento do acórdão recorrido (fls. 26/30):

*Trata-se de Agravo em Execução Penal, interposto pela Defensoria Pública em prol do apenado Antonio William da Silveira, através do qual se insurge contra decisão do Juízo da 2ª Vara Criminal da Comarca de Araguaína, que imputou ao agravante falta disciplinar grave, e de consequência revogou 1/10 (um décimo) dos dias já remidos pelo agravante, determinando que se reiniciasse, da data da última infração disciplinar cometida, a contagem do prazo para novos benefícios, salvo quanto ao livramento condicional e comutação de penas.*

*Em sua minuta de agravo a Defensoria Pública relata que o Processo Administrativo Disciplinar – PAD nº 077/2016, concluiu que, em 25.06.2016 o recorrente teria supostamente subvertido a ordem e a disciplina da Unidade de Tratamento Penal Barra da Grota (UTPBG), pela seguinte conduta: na data acima descrita foi encontrado entre seus objetos pessoais um “Estatuto do Comando Vermelho – CV/TO”, conduta que se amolda no artigo 50, inciso I, da Lei de Execução Penal (LEP), fato este que caracterizou falta grave disciplinar, contudo, alega a defesa que a falta disciplinar grave deve ser sopesada segundo o princípio da reserva legal no que toca à tipificação de faltas, uma vez que devem ser previstas pelo legislador local.*

*Requer ao final, a reforma da decisão agravada, a fim de*

*que seja afastada a falta grave averiguada via do PAD nº 077/2016.*

*Pré-questiona a matéria objeto do recurso, aduzindo que a decisão combatida violou os artigos 5º, LIV e LV, e 93, IX, da Constituição Federal, e art. 49, 50, I, e 118 da Lei de Execução Penal, pugna pela expressa apreciação e pronunciamento acerca dos referidos artigos.*

*Contraminuta apresentada pelo MP de 1º grau, requerendo o conhecimento e improvimento desse agravo.*

*Em manifestação o douto Parquet oficiente nesta Superior Instancia opinou pelo improvimento do presente recurso.*

*O juízo de retratação foi negativo.*

*Eis o relatório no que é essencial.*

*Passo a proferir meu voto.*

*O recurso é adequado, tempestivo, há interesse e legitimidade recursal, por isto o agravo merece conhecimento.*

*Conforme venho de relatar o presente recurso dirige-se contra decisão proferida pelo Juízo de 1º Grau que reconheceu falta grave cometida pelo agravante, e por isso revogou 1/10 (um décimo) dos dias já remidos pelo agravante, determinando que se reiniciasse, da data da última infração disciplinar cometida, a contagem do prazo para novos benefícios, na decisão o Magistrado modulou a medida, deixando de revogar a contagem quanto ao livramento condicional e comutação de penas.*

*Pois bem, importante destacar que a falta grave em referencia, foi constatada pelos agentes penitenciários na data de 26.06.2016, em procedimento de busca pessoal e objetos do interno, quando localizaram em seu poder uma carta que faz menção ao crime organizado, documento com o título “Estatuto do Comando Vermelho – CV”, com o nome do reeducando.*

*Os fatos foram detalhadamente relatados pelos agentes, Raimundo Eduardo Neto Ferreira de Sousa e Evandro Dias Rodrigues, cabendo aqui ressaltar que a palavra dos agentes penitenciários responsáveis pela custódia do preso, constitui prova suficiente quanto à prática da falta grave na execução penal, na medida que seus atos são dotados de presunção de legalidade, legitimidade e veracidade, cabendo ao reeducando produzir prova contundente capaz de elidir a presunção de idoneidade. Assim, a simples negativa do agravante não afasta a presunção que milita em favor dos agentes públicos.*

*[...]*

*No que diz respeito a materialização da falta disciplinar grave, cumpre-nos observar que apenas a LEP pode especificar as faltas graves, ou seja, somente a União pode incluir ou excluir as faltas graves.*

*[...]*

*Dentro deste contexto, não resta dúvida que a conduta do reeducando (posse de documentos relacionados à facção criminosa) configura clara incitação a participação de movimento capaz de subverter a ordem e a disciplina no ambiente carcerário, o que caracteriza a infração disciplinar. Assim, uma vez evidenciada a falta*

*grave impõe-se a aplicação do art. 127 da LEP, aplicando-se a regressão do regime prisional.*

*Por fim, no que se refere à questão sobre a data base para reinício da contagem de prazo para concessão de novos benefícios, destaco que esta Corte tem se posicionado em consonância com os entendimentos jurisprudenciais, e Súmula do STJ, ou seja a data base na hipótese é aquela relativa a última condenação penal do reeducando.*

*[...]*

*Por fim, deixo assente que a Corte não está obrigada a responder questionários sobre meros pontos de fato, ou dispositivos legais como pretende a defesa do Agravado, bastando que se expresse sobre os pedidos declinados, indicando os fundamentos suficientes que motivaram a decisão.*

*Posto Isto, e alinhado aos precedentes dessa Relatoria perfilho-me ao parecer ministerial e encaminho meu voto no sentido de conhecer do recurso e, no mérito, NEGAR-LHE PROVIMENTO, para manter a decisão hostilizada.*

De plano, observa-se que os arts. 155, 156, *caput* e 386, inciso IV, todos do Código de Processo Penal, não foram analisados pelo Tribunal de origem. Carece a matéria, portanto, do adequado e indispensável prequestionamento, motivo pelo qual incidentes, por analogia, as Súmulas 282 e 356/STF. Cito precedentes:

**PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. DEFENSORIA PÚBLICA. AUSÊNCIA DE INTIMAÇÃO PESSOAL PARA O JULGAMENTO DO RECURSO DE APELAÇÃO. MATÉRIA DE ORDEM PÚBLICA. CARÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.**

*1. Carece de prequestionamento a falta de intimação pessoal da Defensoria Pública para o julgamento do recurso de apelação, ainda que se trate de matéria de ordem pública.*

*2. Agravo regimental desprovido (AgRg no AREsp 853.668/AC, de minha relatoria, QUINTA TURMA, DJe 24/06/2016).*

**AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO ESPECIAL. PENAL E PROCESSO PENAL. HOMICÍDIO DOLOSO. NULIDADE. JULGAMENTO DO RECURSO EM SENTIDO ESTRITO. AUSÊNCIA DE INTIMAÇÃO PESSOAL DO DEFENSOR PÚBLICO. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. ILEGALIDADE FLAGRANTE. NULIDADE ABSOLUTA. RECONHECIMENTO DE OFÍCIO. DESCLASSIFICAÇÃO PARA A MODALIDADE CULPOSA. MATÉRIA PREJUDICADA.**

*1. A ausência de intimação pessoal do defensor dativo, mesmo sendo matéria de ordem pública, não afasta a necessidade de prequestionamento.*

[...]

4. Agravo regimental conhecido parcialmente e, nessa extensão, improvido. Habeas corpus concedido de ofício, para anular o julgamento proferido pela Corte de origem (AgInt no REsp 1270317/ES, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, SEXTA TURMA, DJe 18/05/2016).

Ademais, as razões do recurso especial, no sentido de que a data-base para a concessão de novos benefícios executacionais, em caso de unificação de penas, deve ser a data da última prisão e não a data do trânsito em julgado da última condenação, na espécie, estão dissociadas do conteúdo do acórdão recorrido, que trata da interrupção do prazo para a concessão de benefícios em razão da prática de falta grave. Dessa forma, incide o enunciado da Súmula n. 284/STF, inviabilizando-se o conhecimento do recurso especial, porquanto a argumentação encontra-se dissociada do conteúdo do acórdão recorrido. Sobre o tema:

**AGRAVO REGIMENTAL. PETIÇÃO CONFUSA. AFIRMAÇÕES DESCONEXAS. SUM. 284/STF. RECURSO ESPECIAL INTERPOSTO PERANTE O SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. IMPOSSIBILIDADE. NÃO CONHECIMENTO.**

**1. As razões apresentadas no presente agravo regimental, em confusa petição, apresentam-se desconexas e dissociadas do que foi decidido na decisão monocrática, circunstância que caracteriza deficiência na fundamentação e atrai, por analogia, o óbice da Súmula 284 do eg. Supremo Tribunal Federal.**

**2. Recurso especial interposto diretamente no Superior Tribunal de Justiça, quando correta seria a apresentação do reclamo à Presidência do Tribunal de origem.**

**3. Agravo regimental não conhecido. (AgRg no REsp 1731348/SP, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, DJe 25/05/2018)**

**PENAL E PROCESSO PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. NEGATIVA DE VIGÊNCIA AO ART. 158 DO CPP. ROUBO MAJORADO. USO DE ARMA. PERÍCIA. DESNECESSIDADE. OFENSA AOS ARTS. 59, 61, I E II, 63, E 70, CAPUT, TODOS DO CÓDIGO PENAL. DOSIMETRIA. JUSTIFICATIVA IDÔNEA. ALTERAÇÃO. INVIABILIDADE. REEXAME FÁTICO E PROBATÓRIO. VIOLAÇÃO AO ART. 386, III E V, DO CPP. ABSOLVIÇÃO. REEXAME DE MATÉRIA FÁTICA. SÚMULA 7/STJ. CONTRARIEDADE AO ART. 70, CAPUT, DO CÓDIGO PENAL. QUANTUM DE AUMENTO DE PENA. RAZÕES DISSOCIADAS DA FUNDAMENTAÇÃO DO**

**ACÓRDÃO RECORRIDO. APELO ESPECIAL COM FUNDAMENTAÇÃO DEFICIENTE. SÚMULA 284/STF. FALTA DE INTERESSE DE AGIR. AFRONTA AOS ARTS. 283, 674 E 675, TODOS DO CPP. EXECUÇÃO PROVISÓRIA DA PENA. OFENSA À PRESUNÇÃO DE INOCÊNCIA. NÃO OCORRÊNCIA. APLICAÇÃO DO ENTENDIMENTO DO STF. HC Nº 126.292/SP. AGRAVO REGIMENTAL A QUE SE NEGA PROVIMENTO.**

*1. Firmou-se nesta Corte a compreensão de que é prescindível a apreensão e perícia da arma, para a aplicação da causa de aumento pelo emprego desta, desde que comprovada sua utilização por outros meios de prova. Embargos de Divergência nº 961.863/RS.*

*2. Cabe ao aplicador da lei, em instância ordinária, fazer um cotejo fático probatório a fim de realizar a dosimetria da pena e analisar a existência de provas suficientes a embasar o decreto condenatório, ou a ensejar a absolvição. Incidência da Súmula 7/STJ.*

**3. Estando a realidade fático/processual existente no caderno processual dissociada das razões recursais a ele relacionadas, resta impossibilitada a compreensão da controvérsia arguida nos autos, ante a deficiência na fundamentação recursal. Incidência do enunciado nº 284 da Súmula do Supremo Tribunal Federal.**

*4. Com o exaurimento do segundo grau de jurisdição, resta finda a cognição fático-probatória dos autos, motivo pelo qual, consoante o entendimento das Cortes Superiores, possível se mostra a execução provisória da sanção imposta. Entendimento do STF HC nº 126.292/SP.*

*5. Agravo regimental a que se nega provimento (AgRg no AREsp 211558/RS, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, DJe 11/05/2018).*

Diante do exposto, com fundamento no art. 932, III, do Código de Processo Civil, c.c. o art. 3º do Código de Processo Penal, não conheço do recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 03 de abril de 2019.

MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK

Relator